



CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E SISTEMAS INFORMATIZADOS APLICADOS À GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS

Pablo Luiz Martins (UFSJ) – pablo@ufsj.edu.br
Daise Cristiani Margoti da Rocha (UFSJ) - daisecristiani@gmail.com
Denise Carneiro dos Reis Bernado (UFSJ) - denise@ufsj.edu.br
Franciane de Oliveira Alvarenga (UFSJ) - francianealvarenga@ufsj.edu.br
Everton Rocha Mointeiro (UFSJ) - evertongeomin@gmail.com

Resumo

Este artigo investiga a importância da integração entre a gestão tributária e os sistemas informatizados no contexto das pequenas empresas. Partindo de uma abordagem metodológica que combina pesquisa bibliográfica e simulações práticas, o estudo examina como diferentes tecnologias de gestão contábil e fiscal influenciam a eficiência administrativa, a qualidade das informações e a tomada de decisões estratégicas. Além disso, o trabalho discute de forma comparativa os regimes tributários aplicáveis às empresas de menor porte, como Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real, evidenciando como a escolha adequada do enquadramento fiscal pode impactar diretamente os resultados financeiros e a competitividade empresarial. Os achados das simulações indicam que empresas que adotam sistemas informatizados integrados apresentam maior precisão nos registros, maior agilidade na apuração de tributos. Assim, conclui-se que a convergência entre contabilidade tributária e ferramentas digitais representa um diferencial relevante para pequenas empresas, especialmente em cenários de crescente complexidade regulatória e demanda por informações confiáveis.

Palavras-chave: Contabilidade Tributária; Planejamento Tributário; Sistemas Informatizados; Gestão Empresarial; Regime Tributário.

Abstract

This article investigates the importance of integrating tax management with computerized systems in the context of small businesses. Using a methodological approach that combines bibliographic research and practical simulations, the study examines how different accounting and tax management technologies influence administrative efficiency, information quality, and strategic decision-making. Furthermore, the work comparatively discusses the tax regimes applicable to smaller companies, such as Simples Nacional, Lucro Presumido, and Lucro Real, highlighting how the appropriate choice of tax framework can directly impact financial results and business competitiveness. The simulation findings indicate that companies adopting integrated computerized systems show greater accuracy in record-keeping and greater agility in tax calculation. Thus, it concludes that the convergence between tax accounting and digital tools represents a significant competitive advantage for small businesses, especially in scenarios of increasing regulatory complexity and demand for reliable information.

Keywords: Tax Accounting; Tax Planning; Computerized Systems; Business Management; Tax Regime.



1. INTRODUÇÃO

A complexidade do sistema tributário brasileiro constitui um dos principais desafios enfrentados pelas organizações, especialmente pelas micro e pequenas empresas, que representam parcela significativa da matriz econômica nacional. O Brasil figura entre os países com maior carga tributária e com elevado grau de burocracia fiscal, característica reforçada pela frequente atualização de normas, obrigações acessórias e procedimentos legais. Nesse cenário, torna-se imprescindível que as empresas adotem práticas eficazes de gestão contábil e tributária, capazes de assegurar o cumprimento das exigências legais e, simultaneamente, promover a racionalização dos recursos financeiros.

A incorporação de tecnologias digitais ao ambiente empresarial destaca-se como um instrumento fundamental para o fortalecimento da gestão fiscal e contábil. Sistemas informatizados possibilitam a integração de dados, a automação de processos, o controle de documentos fiscais eletrônicos e a análise aprofundada das informações econômico-financeiras. Essa convergência entre tecnologia e contabilidade favorece uma leitura mais precisa da legislação, contribuindo para a escolha adequada do regime tributário, identificação de benefícios fiscais, redução de riscos e aumento da competitividade organizacional. Ao permitir simulações, cruzamentos de dados e projeções de cenários futuros, tais sistemas assumem papel estratégico na tomada de decisões, especialmente em ambientes dinâmicos e regulados como o brasileiro.

Nesse contexto, o planejamento tributário deixa de ser uma atividade meramente operacional e passa a integrar uma perspectiva estratégica de gestão. Quando utilizado de maneira ética, preventiva e alinhada às normas vigentes, o planejamento tributário viabiliza a mitigação de custos, a reorganização eficiente de processos e a proteção patrimonial da empresa. Para micro e pequenas empresas, que operam frequentemente com margens reduzidas e maior vulnerabilidade à volatilidade do mercado, a adoção de práticas contábeis estruturadas por meio de sistemas informatizados torna-se ainda mais relevante.

Este artigo tem como propósito analisar, a partir da implantação de sistemas de informações contábeis e da comparação entre dois regimes tributários aplicáveis à empresa Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda., como o uso integrado de tecnologia e planejamento estratégico pode promover uma gestão fiscal mais eficiente. Por meio de simulações e avaliação dos impactos tributários, busca-se demonstrar que a utilização de softwares especializados, aliada ao conhecimento técnico contábil, contribui diretamente para a saúde financeira da organização, reduzindo erros, prevenindo passivos ocultos e otimizando o processo decisório.

Assim, espera-se evidenciar a importância da contabilidade tributária informatizada como ferramenta essencial para pequenas empresas que necessitam aprimorar seu desempenho econômico em um ambiente fiscal complexo. A pesquisa reforça que a adoção de sistemas de informação não apenas auxilia no cumprimento das obrigações legais, mas também se configura como elemento estratégico para sustentabilidade, crescimento e competitividade no mercado.



2. METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo caracteriza-se como qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, visando compreender, de maneira aprofundada, a interação entre a contabilidade tributária e os sistemas informatizados aplicados à gestão de pequenas empresas. A abordagem qualitativa foi escolhida por possibilitar a análise minuciosa de fenômenos complexos, permitindo captar nuances relacionadas aos processos de tomada de decisão tributária, bem como aos efeitos da informatização nos procedimentos contábeis e gerenciais.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, legislações tributárias, normas contábeis e documentos técnicos publicados nos últimos anos, com o intuito de fundamentar teoricamente os conceitos envolvidos. Essa etapa permitiu identificar os principais regimes tributários aplicáveis às empresas de menor porte, além de mapear estudos que discutem a adoção de tecnologias de informação no ambiente contábil e gerencial.

Em seguida, procedeu-se à elaboração de dois estudos simulados, desenvolvidos com base em cenários representativos do setor comercial. Para tanto, foram construídos perfis operacionais e financeiros de duas organizações fictícias: uma classificada como empresa de pequeno porte (EPP) e outra como empresa de médio porte. Cada simulação contemplou projeções de faturamento, estrutura de custos, despesas operacionais, folha de pagamento e demais elementos relevantes ao cálculo tributário.

Os estudos simulados tiveram como objetivo avaliar comparativamente o impacto da escolha dos diferentes regimes tributários tais como Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real sobre a carga tributária global, bem como examinar de que maneira a utilização de sistemas informatizados influencia a eficiência dos processos de escrituração, apuração e controle financeiro. A análise considerou ainda variáveis como periodicidade das obrigações acessórias, riscos de inconsistências, potencial de automação e benefícios gerados pela integração entre módulos contábeis, fiscais e gerenciais.

A triangulação dos resultados obtidos permitiu uma compreensão mais robusta sobre a importância da escolha estratégica do regime tributário, considerando não apenas aspectos legais e econômicos, mas também a capacidade tecnológica das empresas. Dessa forma, a metodologia aplicada contribuiu para identificar práticas que potencializam a gestão tributária e financeira em organizações de pequeno e médio porte, fornecendo subsídios para futuras pesquisas e para o aprimoramento de processos no contexto contábil contemporâneo.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A contabilidade tributária na gestão empresarial

A contabilidade tributária envolve o estudo e a aplicação das normas fiscais incidentes sobre as atividades econômicas das empresas. Sua função é assegurar que as organizações cumpram corretamente suas obrigações tributárias e, ao mesmo tempo, possam desenvolver estratégias de planejamento tributário, reduzindo legalmente a carga fiscal e melhorando seus resultados financeiros. O planejamento tributário, por sua vez, é uma atividade que visa buscar a melhor maneira de utilizar os recursos da empresa no



pagamento de tributos, evitando ou adiando o fato gerador ou ainda reduzindo a base de cálculo, sempre de forma lícita e com base nas brechas permitidas pela legislação. De acordo com Oliveira (2015), uma das mais importantes funções da contabilidade tributária é justamente o planejamento, pois permite uma redução legal dos pagamentos tributários, garantindo que a empresa recolha apenas o que é realmente devido. Além disso, esse planejamento possibilita a escolha do regime tributário mais vantajoso, conforme o perfil operacional da empresa, bem como o aproveitamento de incentivos fiscais, créditos tributários e demais benefícios previstos na legislação.

A redução dos custos é uma necessidade a todas as empresas brasileiras que estão em condições de alta competitividade; algo que se impõe de forma ainda mais premente no que tange aos custos tributários, dado seu fortíssimo incremento nos últimos anos e sua característica de não gerar benefícios diretos às organizações (OLIVEIRA, 2013, p. 189).

O planejamento tributário pode ser classificado em três tipos: preventivo, corretivo e especial. O planejamento preventivo é uma estratégia que busca aumentar o lucro, produzindo manuais de procedimentos para cumprir o que a legislação pede nas obrigações principais. O planejamento corretivo ocorre quando é detectado algum problema em fatores que impactarão os tributos, buscando alternativas para correção do pagamento de impostos desnecessários. Já o planejamento especial acontece quando a empresa tem algum fato que muda a operação, como a abertura de filial, estrutura de capital ou lançamento de produtos novos.

Para Machado (2004) o planejamento tributário é mais do que apenas uma escolha de opção legal para um custo menor: é também controlar o fluxo de caixa de pagamentos futuros.

3. 2 A importância do planejamento tributário para as empresas

A gestão eficiente dos recursos financeiros é muito importante para o sucesso de uma empresa, além de ser prioridade para qualquer entidade que queira prosperar em um ambiente competitivo, com concorrência forte, dentro de uma economia volátil com muita pressão de maximização de lucros. Para garantir a sustentabilidade e crescimento a longo prazo, é preciso entender e aplicar as estratégias de forma eficiente para garantir a melhor utilização do valor agregado dos recursos financeiros.

Cabe ao gestor compreender e antecipar o impacto tributário para tomar decisões que diminuam os passivos fiscais, tornando possível a utilização dos recursos financeiros que foram liberados para inovação e crescimento da empresa, seja por meio de deduções permitidas, créditos fiscais ou incentivos fiscais. “O planejamento busca mais que uma economia lícita de tributos. Em muitas situações, procura postergar, de forma lícita, o recolhimento de impostos, taxas e contribuições. Por se tratar de procedimentos lícitos, não há que se falar em sanções” (PADOVEZZI; BERTASSI; CILLO, 2017, p. 386).

Com um bom planejamento tributário as empresas podem cumprir suas obrigações ao mesmo tempo que transformam a conformidade fiscal em uma ferramenta estratégica. Uma gestão eficaz utiliza uma conformidade rigorosa com as leis fiscais para evitar penalidades financeiras, preservando o capital da empresa.



3.3 Estratégias e práticas para maximizar a eficiência na utilização dos recursos financeiros disponíveis.

A gestão tributária é essencial para a eficiência financeira de uma empresa. A escolha de qual estratégia adotar guia a tomada de decisões cruciais em relação ao pagamento de tributos. Cada estratégia desempenha um papel na otimização tributária e, ao empregar essas práticas e estratégias, as empresas não somente conquistam a eficiência na utilização dos recursos como também promovem conformidade legal.

3.4 Escolha do regime tributário

A escolha correta do regime tributário de acordo com o perfil da empresa pode acarretar grande economia financeira. Cada regime possui implicações diferentes no modo de tributação. O Lucro real é o regime básico de todas as empresas. As alíquotas são calculadas com base no lucro ajustado, o período de apuração normal estipulado pela legislação é o período trimestral;

Contabilmente falando, pode-se concluir que o lucro real é aquele realmente apurado pela Contabilidade, com base na completa escrituração contábil-fiscal, com a estrita e rigorosa observância dos princípios de Contabilidade e demais normas fiscais e comerciais (CHIEREGATO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016. P. 172).

O Lucro presumido é calculado em função da receita bruta e de acordo com a atividade principal da empresa. As receitas não podem ultrapassar 78 milhões de reais e a apuração é trimestral;

“É uma forma simplificada de apuração da base de cálculo dos tributos com o Imposto de Renda e da Contribuição Social, restrita aos contribuintes que não estão obrigados ao regime de apuração de tributação com base no lucro real” (CHIEREGATO; OLIVEIRA; SOUZA, 2016. P. 193).

O Simples nacional é um tratamento diferenciado, simplificado, aplicável a microempresas e empresas de pequeno porte com receita bruta até 4,8 milhões de reais.

3.5 Aproveitamento de deduções fiscais

Para reduzir a base tributável é necessário analisar as despesas operacionais que podem ser usadas para dedução fiscal. O aproveitamento das deduções fiscais permite que as empresas reduzam os impostos a pagar, considerando as despesas que serão usadas em benefício da sociedade ou que estimulam atividades específicas, resultando em uma carga menor e em benefícios como investimento em projetos de energia renovável.

3.6 Análise dos incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são uma prática importante na promoção do desenvolvimento econômico que estimulam o investimento em algumas regiões, trazendo vantagens tributárias para empresas que se enquadram nos critérios. Uma boa análise dos incentivos fiscais concedidos pela administração pública para a redução ou isenção de alguns tributos propicia à empresa o poder de escolher o destino de parte dos impostos que já seriam pagos, para promover ações sociais, acrescentando para a empresa um



ganho de imagem, tornando as empresas mais interessantes para os investidores, além de melhorar o crescimento do setor aumentando a competitividade global.

É importante dizer que um bom planejamento tributário não significa que a empresa usará práticas ilegais ou a evasão fiscal, e sim que ela adotará medidas eficientes para melhor utilização dos recursos financeiros, garantindo um bom desenvolvimento ao longo do tempo.

Evasão ou sonegação fiscal consiste em utilizar procedimentos que violem diretamente a lei fiscal ou o regulamento fiscal por meios ilícitos, para evitar o pagamento de taxas, impostos e outros tributos. É uma fraude dificilmente perdoável, porque ela é flagrante e também porque o contribuinte se opõe conscientemente à lei (CREPALDI, 2021, p. 53).

A evasão fiscal tem como objetivo ocultar ou fugir do pagamento dos tributos após o fato gerador de forma ilícita, como por exemplo notas fiscais não emitidas ou fraudadas e declarações ou informações falsas à receita federal. Já a elisão fiscal é o ato de minimizar ou adiar o pagamento de impostos desde que não haja multa. A elisão acontece quando uma empresa muda sua sede para diminuir tributos, escolhe um regime tributário mais vantajoso ou programa o imposto para pagamento no último dia do prazo.

A economia tributária resultante da adoção da alternativa legal menos onerosa ou de lacuna da lei denomina-se elisão fiscal. Portanto, a elisão fiscal é legítima e lícita, pois é alcançada por escolha feita de acordo com o ordenamento jurídico, adotando-se a alternativa legal menos onerosa ou utilizando-se de lacunas da lei (FABRETTI, 2016 p. 164).

3.7 Tributos cumulativos e não cumulativos

Os tributos são a forma que o Estado tem para cobrar a sociedade pelos serviços públicos prestados. Os tributos são necessários para a manutenção do Estado, sendo usados para financiar a saúde, educação, segurança pública e a manutenção da infraestrutura. São divididos em impostos, taxas e contribuições de melhoria. “O que confere especificidade ao imposto é ser seu fato gerador uma situação alheia ao agir do Estado. Uma situação que concerne ao contribuinte, um fato signo presuntivo de capacidade contributiva deste” (MACHADO, 2015, p. 222).

Impostos são tributos que não estão atrelados diretamente a uma contraprestação direta do Estado, como Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

O IPI continua a ser, financeiramente, imposto sobre o consumo de bens industrializados, tendo como características marcantes a seletividade e a não cumulatividade, tomando-se como aspecto temporal a saída do produto do estabelecimento fabricante, a sua entrada no país e a sua arrematação (CÔELHO, 2022, p.237).

Taxas são tributos vinculados, ou seja, o estado oferece uma contrapartida em função da cobrança pelo uso de algum serviço público ou pelo exercício do poder de polícia, como taxa de coleta de lixo, de combate a incêndio, emissão de documentos, fiscalização de estabelecimentos, controle e fiscalização ambiental, entre outras. Contribuições de melhoria são tributos que têm destino determinado por lei, podem ser contribuições sociais destinadas à previdência social ou contribuições que incidem sobre



melhoria em imóveis feitas por obra pública. O artigo 149 da Constituição Federal (Brasil, Constituição, 1988) diz que é de competência exclusiva da União a criação de contribuições sociais sujeitas às regras do Sistema Tributário Nacional.

Imposto cumulativo é referente ao lucro presumido e incide sobre o valor total da nota fiscal, desde a produção até o consumidor final, acumulando tributos que não podem ter compensação nos valores pagos nas etapas anteriores, podendo elevar os preços dos produtos (o ICMS em alguns Estados do Brasil podem seguir um regime cumulativo). Já o imposto não cumulativo é referente ao lucro real e incide apenas uma vez na cadeia de produção, pois na próxima etapa ou na comercialização será somente calculado sobre o valor agregado, gerando um crédito tributário que poderá ser descontado na próxima etapa. Em alguns casos o IPI pode ser não cumulativo, as contribuições sociais como PIS e COFINS também são exemplos de tributo não cumulativo.

Todas as pessoas jurídicas que declaram com base no lucro real estão sujeitas à não cumulatividade das contribuições para o PIS e COFINS, ou seja, às alíquotas de 1,65% e 7,6%, respectivamente, e terão direito a um crédito presumido, conforme determina a legislação (CHAVEZ; MUNIZ, 2015, p. 107).

A diferença entre tributo cumulativo e não cumulativo é a fórmula de cálculo, estando ligado ao regime tributário escolhido pela empresa. É necessário conhecer a natureza dos impostos a serem pagos para fazer um planejamento que melhor se enquadra nas características da empresa e não causar prejuízos financeiros.

3.8 A Importância dos Sistemas de Informações Contábeis

O sistema de informação contábil é uma ferramenta necessária para registrar, controlar e analisar os dados fiscais e financeiros, tornando mais prático o trabalho do setor, pois diminui a possibilidade de erro e torna o processo mais ágil e eficiente, aumentando a transparência e possibilitando a tomada de decisão. Segundo Crepaldi (2018), o sistema de informações contábeis consiste na coleta, no processamento e na comunicação de informações econômicas e financeiras, fornecendo subsídios relevantes para decisões internas e externas.

Os principais softwares utilizados são divididos em: sistemas contábeis, como Domínio e SCI; sistemas ERP, como TOTVS e SAP; e sistemas governamentais, como e-CAC e PGDAS-D. Esses sistemas são usados para fazer escrituração contábil, fiscal e tributária facilitando o envio das obrigações acessórias. Caso fossem integrados controlariam estoque, folha de pagamento, fluxo de caixa, vendas; gerariam relatórios de demonstrativos financeiros, emitiriam notas fiscais, fariam entregas de declarações, parcelamentos e possibilitariam o acompanhamento de processos.

Os sistemas informatizados otimizam as atividades que antes eram realizadas manualmente ou em vários programas diferentes. Com a implantação do Esocial, as informações se concentram e, com a integração dos sistemas contábeis, a maioria dos procedimentos rotineiros é enviada ao governo com mais facilidade sem duplicidade e promovendo a unificação das informações. “O Sistema de Informações Contábeis é formado por subsistemas integrados que captam, processam e disponibilizam informações contábeis e financeiras, com o objetivo de suporte à decisão gerencial” (Padoveze, 2013, p. 45)



3.9 O papel do sistema de informação contábil nas pequenas empresas

Ele é um ótimo aliado das empresas que buscam economia e conformidade fiscal, e nas pequenas empresas que é o caso prático simulado neste estudo, não é diferente, pois as pequenas empresas lidam diretamente com desafios relacionados a gestão financeira, carga tributária e competitividade no mercado, e muitas ainda realizam os registros e controles manualmente, o que muitas vezes levam a erros e até mesmo em atuações fiscais.

Por esse motivo o sistema de informação contábil se torna fundamental para ajudar na gestão eficiente, controlando rigorosamente os registros e as finanças e facilitando o cumprimento das obrigações legais, contribuindo assim para o crescimento das pequenas empresas.

3.9.1 Características das Pequenas Empresas

Segundo o SEBRAE (2024), pequenas empresas representam cerca de 30% do PIB brasileiro e são responsáveis por grande parte da geração de empregos. No entanto, enfrentam limitações de recursos humanos, financeiros e tecnológicos, o que exige ferramentas de gestão mais acessíveis e eficientes, como os Sistemas de Informações Contábeis, que auxiliam na organização e controle financeiro, no cumprimento de obrigações legais, no acesso a relatórios gerenciais simplificados e na profissionalização da gestão, sem grandes investimentos iniciais. Segundo Chiavenato (2021), “as pequenas empresas, por sua simplicidade estrutural, podem ser mais ágeis, mas também mais vulneráveis à falta de planejamento e organização gerencial.”. Além disso, em razão da proximidade entre proprietário e operações, o uso desta ferramenta pode ser um diferencial para agilizar decisões de compra, estoque, preço e contratação, com base em dados reais e atualizados. Entre as principais características estruturais e operacionais das pequenas empresas, destacam-se:

Gestão centralizada	Geralmente conduzida pelo próprio dono ou um número reduzido de gestores.
Baixo nível de formalização	Controles internos e administrativos muitas vezes inexistentes ou informais.
Recursos limitados	Pouco capital de giro, tecnologia restrita e estrutura enxuta.
Alta rotatividade de pessoal	Dificuldade em reter talentos e treinar equipes.
Dependência do capital próprio	Pouco acesso a crédito ou uso limitado de recursos bancários.
Baixo grau de informatização	Muitos processos ainda são realizados manualmente ou por planilhas.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SEBRAE (2024), Chiavenato (2021) e Padoveze (2020).

Quadro 1 – Características e descrições das pequenas empresas

“Os sistemas informatizados adaptados à realidade das pequenas empresas devem priorizar a usabilidade, a automação e a geração de relatórios práticos para a gestão.” (PADOVEZE, 2020, p. 34). Pequenas empresas frequentemente enfrentam dificuldades para manter-se atualizadas com a legislação fiscal. O uso de sistemas ajuda a manter a conformidade, alertando para recolhimento correto de impostos (ISS, ICMS, IRPJ,



CSLL), geração de guias como DAS, GPS, DCTFWeb e preenchimento correto de obrigações acessórias. “A automação das obrigações fiscais não só reduz o risco de multas, como também libera tempo da equipe para atividades analíticas” (MARTINS; ROCHA, 2020).

Com base nos estudos teóricos e nas pesquisas bibliográficas que abordam como o planejamento estratégico aliado ao uso do sistema de informações contábeis podem melhorar a utilização dos recursos financeiros na empresa. Será apresentado a seguir dois estudos de caso que demonstra na prática como a escolha correta do regime tributário pode alcançar um lucro maior e como sistemas de informações contábeis facilita o trabalho do administrador na elaboração do planejamento estratégico.

4. ESTUDO DE CASO: LOJA FICTÍCIA "BELLA ARTE – MODA FEMININA"

4.1 Dados da Empresa

Nome Empresarial: Bella Arte – Moda Feminina

CNPJ: 12.345.678/0001-90

Segmento: Comércio varejista de roupas

Localização: São Bernardo do Campo/SP

Número de Funcionários: 3

Regime Tributário: Simples Nacional

Faturamento médio mensal: R\$ 30.000,00

4.2 Situação Antes da Implantação do SIC (gestão manual)

4.2.1 Dados contábeis da empresa Bella Arte antes da implantação do Sistema de Informação Domínio

Indicador	Valor
Receita Bruta Mensal	R\$ 30.000,00
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	R\$ 15.000,00
Despesas Fixas (aluguel, luz etc.)	R\$ 8.000,00
Despesas Variáveis (comissões, extras)	R\$ 2.000,00
Tributos Simples Nacional	R\$ 1.200,00
Lucro Líquido	R\$ 3.800,00
Erros em lançamentos	3 por mês, em média
Multas fiscais por atrasos	R\$ 1.500/ano
Tempo gasto com controle financeiro	10 horas semanais
Controle de estoque	Manual, em caderno
Informações para decisões	Intuitivas, sem relatórios



Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Quadro 2 – Valores da Empresa fictícia Bella Arte

Os problemas mais comuns na gestão manual são falta de visão sobre produtos mais lucrativos, repetição de compras desnecessárias, dificuldade em calcular lucro real, insegurança para tomada de decisões.

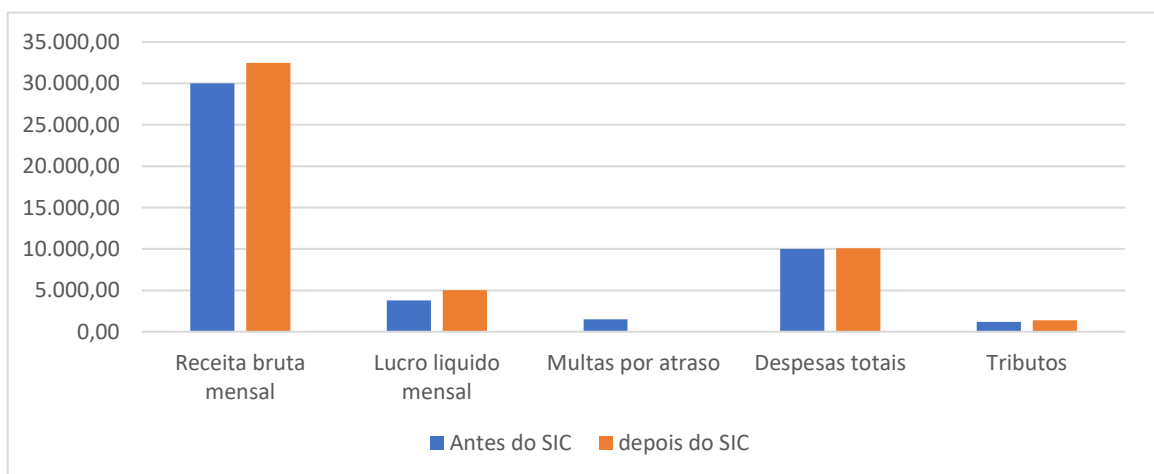
4.3 Situação Após a Implantação do SIC (uso do sistema Domínio)

4.3.1 Dados contábeis da empresa Bella Arte após a implantação do Sistema de Informação Domínio

Indicador	Valor
Receita Bruta Mensal	R\$ 32.500,00
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	R\$ 16.000,00
Despesas Fixas (aluguel, luz etc.)	R\$ 8.000,00
Despesas Variáveis (comissões, extras)	R\$ 2.100,00
Tributos Simples Nacional	R\$ 1.380,00
Lucro Líquido	R\$ 5.020,00
Erros em lançamentos	Nenhum
Multas fiscais por atrasos	R\$ 0
Tempo gasto com controle financeiro	3 horas semanais
Controle de estoque	Automatizado e atualizado
Informações para decisões	Gráficos de rentabilidade por produto, fluxo de caixa diário

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Quadro 3 – Valores da Empresa fictícia Bella Arte



Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Figura 1 – Gráfico de comparação de implantação do Sistema Domínio



O gráfico mostra a comparação de antes e depois da implantação do Sistema Domínio, onde a receita bruta aumentou em oito pontos percentuais após a implantação sendo percebidas melhorias percebidas no lucro com aumento de R\$ 1.220,00/mês (+32%), redução de multas e retrabalho, mais tempo livre para o empreendedor focar em marketing e vendas e tomada de decisões com base em relatórios visuais (DRE, fluxo de caixa, estoque).

4.4 Conclusão do Estudo de Caso

A adoção de um Sistema de Informações Contábeis possibilitou à empresa Bella Arte obter uma maior organização financeira, com mais clareza sobre a rentabilidade dos produtos, redução de perdas, aumento do lucro e eficiência operacional com menos tempo e erros, se mantendo dentro da conformidade fiscal com mais eficiência e aumento de sua competitividade. *“Empresas de menor porte que implementam soluções contábeis informatizadas passam a operar com mais inteligência e precisão, aumentando sua competitividade”* (CREPALDI, 2018, p. 101).

5. ESTUDO DE CASO: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS SOL NASCENTE LTDA

5.1 Dados da Empresa

Razão Social: Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda

Segmento: Indústria de embalagens plásticas e papelão

Localização: São Paulo – SP

Funcionários: 22

Receita Bruta Anual: R\$ 4.200.000,00 (R\$ 350.000,00 mensais)

Atividade: Produção e venda de embalagens personalizadas

Clientes: Pequenas indústrias, distribuidores e comércio regional

5.2 Situação Antes da Implantação do SIC (gestão manual)

5.2.1 Dados contábeis da empresa Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda antes da implantação do Sistema de Informação Domínio

Indicador	Valor
Receita Bruta Mensal	R\$ 350.000,00
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	R\$ 210.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 45.000,00
Despesas Comerciais	R\$ 18.000,00
Tributos estimados	R\$ 32.000,00
Lucro Líquido Mensal	R\$ 45.000,00
Tempo para fechar balancetes	12 dias
Confiabilidade nos dados	Baixa (planilhas)



Controle de estoque	Manual
Indicadores gerenciais	Não utilizados

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Quadro 4 – Valores da Empresa fictícia Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda

Os problemas mais comuns na gestão manual são falta de integração das informações, pois os setores operavam de forma isolada, dificultando o controle geral da empresa, uso excessivo de planilhas, lançamentos duplicados, perda de dados e baixa rastreabilidade, erros frequentes em apuração tributária, pagamentos incorretos, esquecimentos de obrigações acessórias e multas recorrentes. A ausência de relatórios contábeis e financeiros integrados comprometia a análise da rentabilidade, a gestão de estoque, onde acontecia perdas por vencimento de matéria-prima e compras desnecessárias.

5.3 Situação Após a Implantação do SIC (Sistema Domínio)

5.3.1 Dados contábeis da empresa Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda após a implantação do Sistema de Informação Domínio

Indicador	Valor
Receita Bruta Mensal	R\$ 360.000,00
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	R\$ 208.000,00
Despesas Administrativas	R\$ 42.000,00
Despesas Comerciais	R\$ 17.000,00
Tributos estimados	R\$ 31.000,00
Lucro Líquido Mensal	R\$ 62.000,00
Tempo para fechar balancetes	3 dias
Confiabilidade nos dados	Alta (ERP integrado)
Controle de estoque	Integrado e automatizado
Indicadores gerenciais	Usados para decisões de compra e preço

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Quadro 5 – Valores da Empresa fictícia Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda

5.4 Simulação do Regime tributário

5.4.1 Dados contábeis da empresa Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda com a opção pelo Simples Nacional

Indicador	Valor
Receita Base	R\$ 360.000,00
Base de Cálculo IRPJ	-
IRPJ (15%/10%)	-
CSLL (9%)	-



PIS/COFINS	-
Contribuições sociais	-
DAS (Simples Nacional)	R\$ 34.200,00
Total Tributos	R\$ 34.200,00
Efetividade (%)	9,5%
Lucro Após Tributos	R\$ 27.800,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Quadro 6 – Valores da Empresa fictícia Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda

5.4.2 Dados contábeis da empresa Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda com a opção pelo Lucro Presumido

Indicador	Valor
Receita Base	R\$ 360.000,00
Base de Cálculo IRPJ	R\$ 28.800,00
IRPJ (15%/10%)	R\$ 5.220,00
CSLL (9%)	R\$ 2.592,00
PIS/COFINS	R\$ 12.204,00 (3,39%)
Contribuições sociais	-
DAS (Simples Nacional)	-
Total Tributos	R\$ 20.016,00
Efetividade	5,56%
Lucro Após Tributos	R\$ 41.984,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Quadro 7 – Valores da Empresa fictícia Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda

5.4.3 Dados contábeis da empresa Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda com a opção pelo Lucro Real

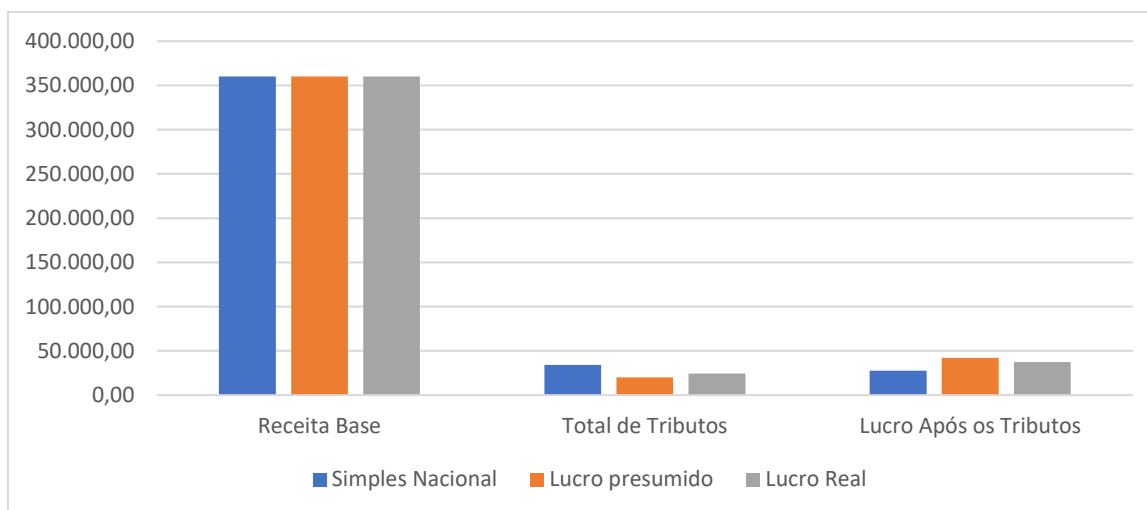
Indicador	Valor
Receita Base	R\$ 360.000,00
Base de Cálculo IRPJ	R\$ 62.000,00
IRPJ (15%/10%)	R\$ 12.050,00
CSLL (9%)	R\$ 5.580,00
PIS/COFINS	R\$ 6.840,00 (1,9%)
Contribuições sociais	-
DAS (Simples Nacional)	-



Total Tributos	R\$ 24.470,00
Efetividade	6,8%
Lucro Após Tributos	R\$ 37.530,00

Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Quadro 8 – Valores da Empresa fictícia Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda



Fonte: Elaborado pelo autor com dados fictícios.

Figura 2 – Gráfico de comparação dos Regimes Tributários

O gráfico mostra a comparação entre os regimes tributários onde mostra que os tributos no Simples nacional são bem maiores devido ao fato de ser apurado através da receita bruta e uma pequena diferença entre lucro presumido e lucro real, onde o lucro presumido se mostra mais vantajoso.

5.5 Conclusão do Estudo

O estudo de caso mostrou que a Indústria e Comércio de Embalagens Sol Nascente Ltda melhorou muito o desempenho após a adoção de um sistema contábil integrado. Onde houve redução do tempo e custo com controle interno, otimização do estoque e do processo produtivo, apoio à tomada de decisão com base em indicadores, e possibilidade de avaliar melhor o regime tributário ideal. Ficou claro que o melhor regime é o lucro presumido, pois tem menor carga tributária e maior resultado líquido. *“O planejamento tributário é mais eficaz quando suportado por informações precisas e em tempo real, algo viabilizado por sistemas contábeis integrados”* (MARTINS; ROCHA, 2020).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados ao longo deste estudo evidenciam que o planejamento estratégico tributário e tecnológico constitui um elemento fundamental para a sustentabilidade financeira e operacional das pequenas empresas. Desde a seleção do sistema de informação mais adequado até a definição do regime tributário que melhor se alinha às características e ao volume de operações da organização, cada decisão impacta diretamente a eficiência, a conformidade fiscal e a capacidade de geração de valor.

A análise dos casos simulados demonstrou de forma clara que a adoção de sistemas informatizados integrados à contabilidade proporciona ganhos significativos em



diversos aspectos da gestão. Entre os benefícios observados, destacam-se a redução do tempo despendido em atividades operacionais repetitivas, a diminuição de erros decorrentes de lançamentos manuais, o menor retrabalho e o fortalecimento da confiabilidade das informações gerenciais. Esses fatores contribuem, em conjunto, para um ambiente organizacional mais ágil, seguro e orientado à tomada de decisões baseada em dados.

Além disso, a comparação entre os diferentes regimes tributários permitiu constatar que a escolha adequada do enquadramento fiscal exerce influência direta na lucratividade e no potencial de crescimento das empresas analisadas. A seleção do regime mais vantajoso não depende apenas do faturamento ou da legislação vigente, mas também da compreensão estratégica dos custos, margens, despesas operacionais e da capacidade de suporte tecnológico que possibilita a correta apuração dos tributos.

Dessa forma, o estudo reforça a necessidade de que gestores, contadores e empreendedores adotem uma visão integrada da contabilidade tributária e dos sistemas informatizados, reconhecendo que ambos atuam de maneira complementar na promoção da eficiência organizacional. Investimentos em tecnologia, aliados a um planejamento tributário adequado, revelam-se instrumentos essenciais para aumentar a competitividade das pequenas empresas, garantindo maior precisão no controle financeiro, aderência às normas legais e melhores resultados econômicos no curto e longo prazo.

Por fim, espera-se que as reflexões apresentadas neste trabalho contribuam para ampliar o debate sobre a importância da gestão tributária estratégica e da informatização dos processos contábeis no contexto empresarial contemporâneo, incentivando novas pesquisas e aprofundamentos sobre a temática.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CHAVES, Francisco C.; MUNIZ, Érika G. Contabilidade Tributária na Prática, 2ª edição . Rio de Janeiro: Atlas, 2015. E-book. ISBN 9788597004441. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597004441/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. *Empreendedorismo: Dando Asas ao Espírito Empreendedor*. 4. ed. São Paulo: Manole, 2021.

CHIEREGATO, Renato; OLIVEIRA, Luís Martins de; SOUZA, Ailton Fernando de; e outros. Controle Tributário para Administradores e Contadores.

COELHO, Sacha Calmon N. Curso de Direito Tributário Brasileiro - 18ª Edição 2022 . 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022. E-book. pág.1. ISBN 9788530993900. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530993900/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Sistemas de Informação Contábil*. São Paulo: Atlas, 2018.

CREPALDI, Sílvio A. Planejamento Tributário . 4.ed. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2021. E-book. pág.1. ISBN 9786587958361. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786587958361/>. Acesso em: 18 jun. 2025.



FABRETTI, Láudio C. Contabilidade Tributária, 16ª edição . Rio de Janeiro: Atlas, 2016. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788597009446. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597009446/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

FARIA, Ramon A C. Contabilidade tributária . Porto Alegre: SAGAH, 2016. E-book. p.Capa. ISBN 9788569726746. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788569726746/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 24 ed. São Paulo, 2004 p. 511

MACHADO, Hugo de B. Comentários ao Código Tributário Nacional: Artigos 1ª a 95, (V. 1), 3ª edição 2015.

MARTINS, Eliseu; ROCHA, Welington. *Métodos de Custeio Comparados*. São Paulo: Atlas, 2020.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. Contabilidade Tributária, 4ª Edição . Rio de Janeiro: Saraiva, 2013. E-book. p.[Inserir número da página]. ISBN 9788502204621. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502204621/>. Acesso em: 08 jun. 2025.

OLIVEIRA, Luís Martins de. Manual de Contabilidade Tributária: Textos e Testes com Respostas, 14ª edição. 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. Sistema de informação contábil: um enfoque na empresa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PADOVEZE, Clóvis L.; BERTASSI, André L.; CILLO, André R.; e outros. Contabilidade e gestão tributária: Teoria, prática e ensino . Porto Alegre: +A Educação - Cengage Learning Brasil, 2017. E-book. p.CAPA. ISBN 9788522125982. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522125982/>. Acesso em: 12 jun. 2025.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Sistema de Informações Contábeis: um enfoque decisorial*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SEBRAE. Panorama dos Pequenos Negócios. Brasília, 2024.